

NOTA TÉCNICA FUNDAJ-NEES 01.2020

Acompanhamento da conjuntura econômica do Nordeste aponta os primeiros indicadores após o início da Pandemia.

O acompanhamento dos indicadores de conjuntura econômica divulgados pelo IBGE em maio, com dados cobrindo, principalmente, março, apontam: aumento do desemprego; saída de pessoas do mercado de trabalho; deflação de preços, mas com alta importante nos preços de alimentos; queda vigorosa na produção industrial; queda no volume de vendas do varejo e queda no faturamento do setor de serviços. Este conjunto negativo de indicadores acontece antes da economia Nordestina se recuperar da crise de 2014 a 2016, fazendo com que o cenário de curto prazo não seja favorável à região.

Data: 22/05/2020, Recife.

A análise de efeitos e/ou impactos da pandemia na economia carece do uso de técnicas estatísticas sofisticadas e da observação efetiva do que efetivamente aconteceu. Em outros termos, estudar os impactos econômicos de um choque tão adverso como este nas economias será objeto de inúmeros estudos acadêmicos no campo das diversas ciências ligadas aos negócios e à gestão pública. Contudo, é importante fazer o acompanhamento conjuntural das variáveis que medem o desempenho econômico e o bem-estar da população para poder dirigir as políticas públicas. Estamos à frente de um gigantesco desafio de manter a atividade econômica ao mesmo tempo em que se reduz a mobilidade das pessoas.

Alguns indicadores econômicos já começam a ser divulgados. Isto permite iniciar o processo de acompanhamento e levantar as hipóteses que podem nortear o desenho de políticas públicas de cunho econômico. Uma das principais pesquisas que dão suporte a este tipo de análise é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral, que foca em questões do mercado de trabalho. A divulgação trimestral permite a desagregação em nível estadual. No dia 15/05 foram divulgados dados referentes aos meses de janeiro a março de 2020. Cumpre destacar que os principais efeitos da pandemia iniciam-se na segunda quinzena de março, quando as medidas de distanciamento social começam a ser tomadas em diversos municípios e estados. Assim, os resultados desta pesquisa não revelam a totalidade dos efeitos da pandemia e sofrem influência de outros fatores. De fato, como veremos a seguir, o desemprego na Região Nordeste não apresentou queda entre os primeiros trimestres de 2019 e 2020, contudo o número de pessoas que deixaram a força de trabalho apresentou um crescimento de 2,5%. Uma hipótese possível é que esse número tenha aumentado por conta da condição de desalento gerada pelo isolamento social, o que impossibilitaria aos desempregados seguirem buscando uma colocação no mercado de trabalho.

A primeira tabela apresenta dados do desemprego aberto para os estados do Nordeste. A coluna média trata da média dos valores observados para os primeiros trimestres dos anos de 2012 a 2019. Tal procedimento pretende isolar eventuais efeitos sazonais sobre este indicador. Também é relatado o valor observado no primeiro trimestre do ano anterior para uma comparação mais direta da pandemia. Nota-se que a ano de 2019 apresenta médias superiores ao período todo. Isto significa que o Nordeste como um todo ainda não havia se recuperado da grave recessão que o país viveu nos anos de 2014 a 2016. Em 2019 os estados do Maranhão, Bahia e Pernambuco (na ordem) eram os que apresentavam a maior distância entre a média do trimestre e a situação econômica de 2019.

Taxa de desemprego aberta do Primeiro Trimestre

Estado	Média	2019	2020
Alagoas	13,5	16,0	16,5
Bahia	14,7	18,3	18,7
Ceará	10,1	11,4	12,1
Maranhão	11,3	16,3	16,1
Paraíba	10,5	11,1	13,8
Pernambuco	12,7	16,1	14,5
Piauí	9,9	12,7	13,7
Rio Grande do Norte	13,3	13,8	15,4
Sergipe	12,5	15,5	15,5
Nordeste	12,4	15,3	15,6

Obs: a média corresponde à média dos valores observados dos primeiros trimestres de 2012 a 2019.

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra em Domicílios Contínua, IBGE.

A taxa de desemprego em 2020 no Nordeste cresce 0,3 pontos percentuais, o que, considerando o desempenho econômico de 2019 já é um indicador de que o impacto da

COVID-19 poderá ser grande. Os estados com maior queda são Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí. Surpreendentemente, Pernambuco e Maranhão apresentam queda no desemprego. Estes números podem dever-se a que a melhora no emprego destes estados, que estavam defasados, tenha sido relevante em 2019. Há que se considerar também que como o desemprego é uma taxa, é importante considerar o comportamento tanto do número de desempregados quanto do tamanho da força de trabalho.

A tabela a seguir permite entender melhor os resultados da dinâmica do desemprego e apresenta o número de pessoas fora da força de trabalho, ou seja, aquelas pessoas acima de 14 anos que não procuraram emprego ou estavam ocupadas. Estar fora da força de trabalho ocorre por aposentadoria, por que a pessoa está se dedicando aos estudos, por motivos familiares ou o desalento, ou seja, as pessoas que desistiram de buscar o emprego. No caso da pandemia este número deve ser observado com cuidado porque dadas as medidas de distanciamento social, com as agências de emprego e diversas empresas fechadas as pessoas que perderem emprego podem ser rapidamente computadas como fora da força do trabalho. Isto ocorre porque se na semana de referência a pessoa não tomou nenhuma atitude ativa de busca pelo trabalho é considerada fora da força de trabalho.

Novamente é possível notar que os efeitos da crise econômica ainda podem ser observados no Nordeste, dado o crescimento das pessoas fora da força de trabalho. Comparando 2020 com 2019 nota-se que há um crescimento de 512 mil pessoas neste contingente populacional (2,5% de crescimento). Nota-se que Pernambuco é o estado responsável pela maioria deste crescimento, pois 360 mil pessoas deixaram a força de trabalho (10,5%). Crescimentos acima do vegetativo como estes permitem dizer que um grande contingente de pessoas deixou o mercado de trabalho por desalento (ou não por poderem buscar colocações). O Ceará também apresenta crescimento das pessoas fora da força de trabalho acima da média do Nordeste. Há, então uma correlação entre os estados com avanço mais intenso da Covid com este indicador.

Pessoas fora da força de trabalho no Primeiro Trimestre (em milhares)

Estados	Média	2019	2020
Alagoas	1.327	1.455	1.425
Bahia	4.588	5.003	5.031
Ceará	3.217	3.257	3.342
Maranhão	2.376	2.800	2.831
Paraíba	1.407	1.525	1.562
Pernambuco	3.369	3.421	3.781
Piauí	1.091	1.159	1.180
Rio Grande do Norte	1.237	1.311	1.296
Sergipe	731	771	766
Nordeste	19.342	20.702	21.214

Obs: a média corresponde à média dos valores observados dos primeiros trimestres de 2012 a 2019.

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra em Domicílios Contínua, IBGE.

A tabela com o número de pessoas desocupadas mostra que Pernambuco teve uma queda de 85 mil pessoas comparando 2020 com 2019, o que explica a queda da taxa de desemprego. Olhando as duas tabelas, o que vemos é que parte das pessoas que perderam o emprego em Pernambuco migraram para fora da força de trabalho. O contingente total de desempregados no Nordeste é de quase 4 milhões de pessoas, ou seja, a crise econômica vai crescer a partir de um cenário base bastante desafiador.

Pessoas desocupadas na semana de referência no Primeiro Trimestre (em milhares)

Estados	Média	2019	2020
Alagoas	163	189	199
Bahia	1.026	1.282	1.311
Ceará	392	467	496
Maranhão	308	420	424
Paraíba	176	186	228
Pernambuco	512	678	593
Piauí	142	184	195
Rio Grande do Norte	196	209	237
Sergipe	126	163	166
Nordeste	3.040	3.778	3.849

Obs: a média corresponde à média dos valores observados dos primeiros trimestres de 2012 a 2019.

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra em Domicílios Contínua, IBGE.

A tabela que retrata o rendimento médio real efetivamente recebido mostra realidades diferentes entre os estados do Nordeste. A comparação entre o primeiro trimestre de 2020 com a média dos primeiros trimestres de 2012 a 2019 tem os estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Alagoas com ganhos reais acima de 10%¹. Já os estados de Sergipe, Pernambuco e Piauí apresentam queda neste indicador. A comparação entre o primeiro trimestre de 2020 com o seu equivalente em 2019, por sua vez, mostra crescimento apenas para Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia e Alagoas. Os demais estados registram queda na média de rendimentos. Há que se registrar também a diferença marcante entre as médias estaduais, com o Maranhão apresentando um rendimento médio equivalente a 67% ao do Rio Grande do Norte (estado com o melhor indicador).

Estudos posteriores deverão aprofundar a análise do rendimento, desdobrando por tipo de ocupação e os níveis de concentração. Por exemplo, se as demissões forem concentradas em ocupações com menores salários o rendimento médio pode subir. Por exemplo, o crescimento da média do Rio Grande do Norte pode dever-se ao aumento do desemprego.

¹ Estados citados em ordem decrescente de crescimento.

Rendimento médio real efetivamente recebido no mês de referência

Estado	Média	2019	2020
Maranhão	1.297,00	1.492,00	1.446,00
Piauí	1.534,75	1.659,00	1.529,00
Ceará	1.591,88	1.744,00	1.823,00
Rio Grande do Norte	1.803,63	1.896,00	2.141,00
Paraíba	1.670,13	1.852,00	1.812,00
Pernambuco	1.996,50	1.982,00	1.916,00
Alagoas	1.583,75	1.719,00	1.764,00
Sergipe	1.894,88	1.839,00	1.816,00
Bahia	1.670,63	1.727,00	1.797,00

Obs: a média corresponde à média dos valores observados dos primeiros trimestres de 2012 a 2019.

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra em Domicílios Contínua, IBGE.

Para complementar a análise do salário médio apresenta-se abaixo a informação da massa de rendimento. Este indicador apresenta uma medida da capacidade de demanda em cada estado. As magnitudes estão diretamente relacionadas às dimensões das forças de trabalho (e conseqüentemente ao contingente populacional) de cada estado, não cabendo, portanto a comparação entre os estados, mas apenas a dinâmica em cada um. Apenas Sergipe apresenta 2019 abaixo da média do período. O esperado é que o valor de 2019 fosse sempre superior à média, uma vez que este indicador é sensível ao tamanho populacional que apresenta tendência de crescimento. Piauí, Paraíba e Pernambuco são os estados onde a massa de rendimentos de 2020 é significativamente menor que 2019. Piauí e Pernambuco apresentam redução de 2020 com a média. Isto indica que Piauí e Pernambuco eram os estados com maiores dificuldades devido à crise econômica e sua situação se agrava em 2020.

Massa de rendimento real de todos os trabalhos (milhões)

Estado	Média	2019	2020
Maranhão	2.929	3.092	3.089
Piauí	1.851	1.955	1.739
Ceará	5.262	6.081	6.392
Rio Grande do Norte	2.239	2.396	2.737
Paraíba	2.392	2.661	2.522
Pernambuco	6.721	6.861	6.568
Alagoas	1.589	1.682	1.733
Sergipe	1.596	1.573	1.602
Bahia	9.473	9.582	9.896

Obs: a média corresponde à média dos valores observados dos primeiros trimestres de 2012 a 2019.

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra em Domicílios Contínua, IBGE.

O Rio Grande do Norte e o Ceará apresentam significativo crescimento da massa de rendimentos, porém com dinâmicas um pouco distintas. O Rio Grande do Norte com crescimento mais intenso no comparativo entre 2020 e 2019, enquanto que o Ceará o crescimento é anterior.

A análise da conjuntura econômica também passa pela dinâmica de preços. O IBGE acompanha os preços em algumas regiões metropolitanas brasileiras. No Nordeste são as de Fortaleza, Recife e Salvador. Os dados estão expostos na tabela a seguir. Antes de entrar na análise específica da tabela cumpre detalhar um pouco o debate sobre os possíveis efeitos da pandemia sobre os preços. Há um consenso de que a forte crise econômica que se desenha mundialmente terá um impacto deflacionário de curtíssimo prazo. Já a dinâmica de curto, médio e longo prazos não está clara para os economistas e isto tem desdobramentos importantes para as políticas públicas da retomada.

No curtíssimo prazo o consenso é de deflação porque a ausência de possibilidade de consumo, o grande volume de demissões e a incerteza quanto ao futuro derrubam a demanda agregada e, conseqüentemente os preços. Já no curto prazo as dúvidas começam porque não se sabe ao certo como as políticas de distanciamento social afetarão a produção e, conseqüentemente a oferta. Se o choque na oferta for grande demais pode-se encontrar um nível de equilíbrio de preços que estanque a deflação e até leve a alguma inflação. Já no médio e longo prazos as dúvidas surgem em virtude dos fortes estímulos monetários e fiscais que se não retirados quando a atividade voltar a aquecer podem provocar inflação. A história econômica ensinou que se a deflação for grande e persistente os danos ao tecido econômico são muito grandes e a recuperação difícil. Assim, as medidas de manutenção da demanda agregada que estão sendo tomadas são importantes e não devem ser abandonadas. Contudo, é importante o acompanhamento contínuo deste indicador para evitar o início de um processo inflacionário.

As três regiões metropolitanas mais importantes do Nordeste apresentaram deflação em Abril de 2020, em linha com o esperado. Mas, quando se desdobra os tipos de gastos a dinâmica que se apresenta é bastante perversa. O índice de Alimentação estão demasiadamente altos e com acumulados que já ultrapassam a meta anual. A Região Metropolitana do Recife apresenta acumulado de 5,1% de aumento de alimentos nos quatro primeiros meses do ano. Isto pode ser explicado por: i) aumento de estoques pelas famílias temendo desabastecimento futuro; ii) aquecimento por conta das políticas de distribuição de renda; iii) restrições na oferta, principalmente de produtos perecíveis cujo abastecimento possa ter sido dificultado pelas medidas de distanciamento social. Como a alimentação é o item mais importante da cesta da população de baixa renda, nota-se que a dinâmica de preços está duplamente danosa, pois diminui a capacidade real de compra da população mais carente e gera um ambiente econômico de deflação que desestimula investimentos do setor privado.

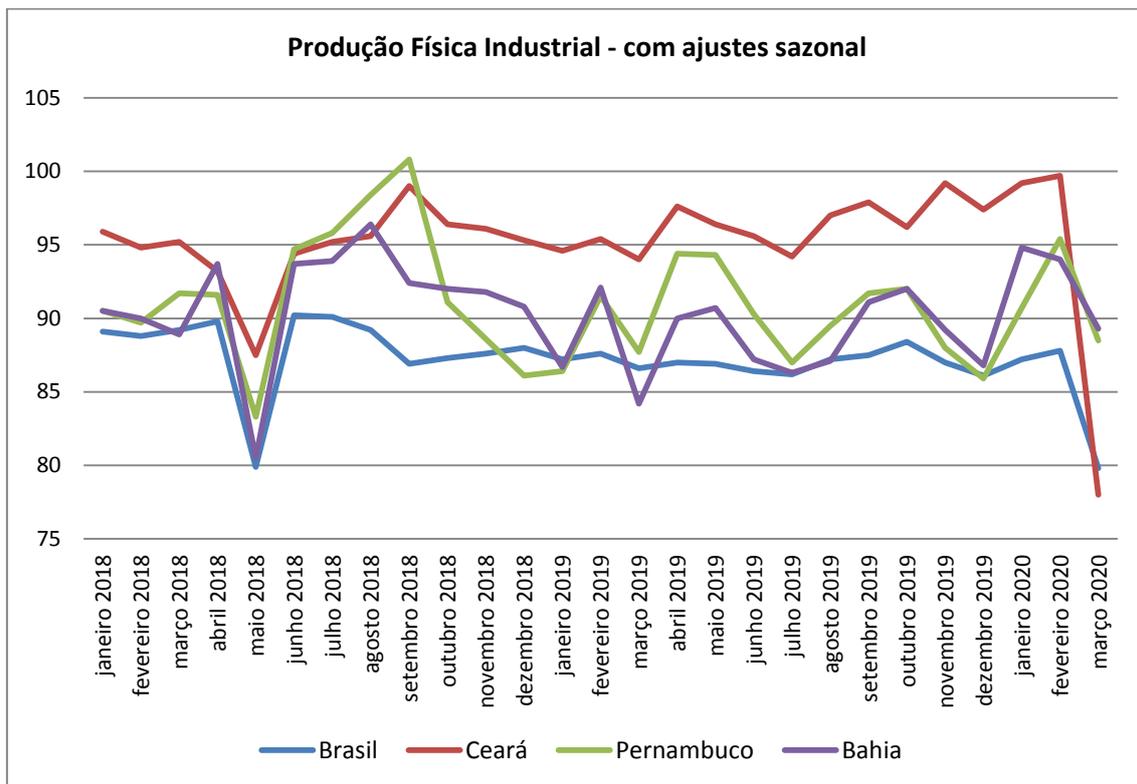
Índice de Preços ao Consumidor Amplo - 2020

Indicador	Fortaleza (CE)			Recife (PE)			Salvador (BA)		
	Mar	Abr	Acum	Mar	Abr	Acu	Mar	Abr	Acu
Índice geral	0,21	-0,12	1,17	0,31	-0,19	0,79	0,17	-0,16	0,51
1.Alimentação e bebidas	1,16	1,67	4,67	1,72	2,18	5,1	0,59	2,34	4,69
2.Habitação	0,88	-0,07	0,95	1,04	0,28	1,27	0	0,35	0,95
3.Artigos de residência	-0,55	-2,48	-2,59	-0,08	-0,78	-0,49	-2,06	-2,81	-4,94
4.Vestuário	-0,36	-0,65	-1,11	0,5	0,14	0,85	0,32	-2,28	-3,47
5.Transportes	-0,99	-1,55	-1,8	-1,31	-3,13	-4,44	0,32	-2,14	-3,11
6.Saúde e cuidados pessoais	0,03	-0,19	0,24	0,14	-0,45	0,5	0,35	-0,26	0,4
7.Despesas pessoais	0,11	-0,07	1,14	-0,18	-0,45	0,09	-0,15	-0,01	0,58
8.Educação	0,23	-0,05	5,5	0,01	-0,05	3,74	0,69	-0,14	4,8
9.Comunicação	0,06	-0,49	-0,01	0,08	0,01	0,17	-0,51	-0,28	-0,46

Fonte: IBGE

A deflação observada em transportes deve-se às fortes reduções internacionais de preços do petróleo, além da grande queda do consumo. As deflações de artigos de residência, vestuário, saúde e cuidados pessoais e despesas pessoais estão ligadas às medidas de fechamento do comércio que forçou os lojistas a tentar a venda online com promoções.

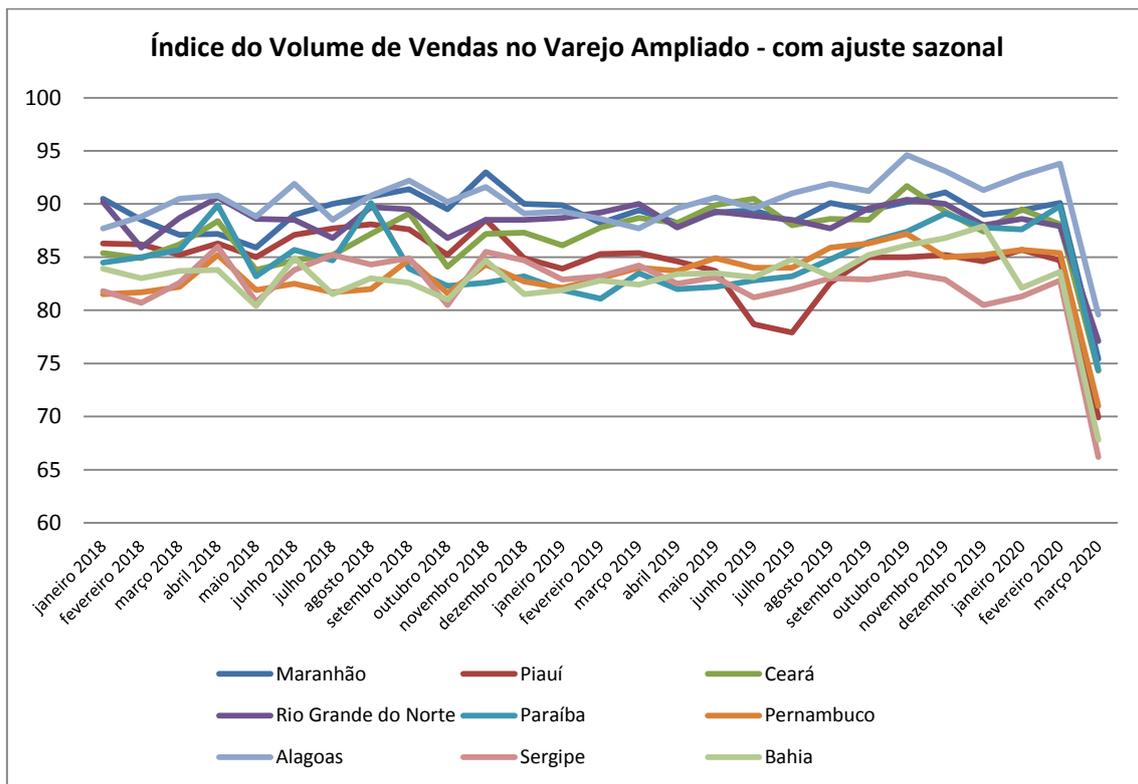
O acompanhamento da situação econômica também passa pela produção física da indústria. O gráfico a seguir retrata a trajetória do índice já com ajustes sazonais a partir de janeiro de 2018. Assim como com a inflação, o IBGE mede a produção industrial apenas para a Bahia, Ceará e Pernambuco. O índice é formatado tendo a produção de 2012 como referência. Praticamente todo o período recente a produção industrial brasileira e dos estados nordestinos está abaixo dos níveis observados naquele ano, o que demonstra que a economia ainda não se recuperou da queda do período 2014 a 2016. Em março de 2020 observa-se expressiva queda da produção industrial, principalmente para o estado do Ceará (21,8%). Os três estados nordestinos viram a tendência de recuperação ser drasticamente revertida, podendo-se imputar parte deste movimento à pandemia. Isto porque além das medidas de distanciamento, naquele mês algumas cadeias de suprimentos já estavam apresentando dificuldades de funcionamento e o cenário pessimista com cortes em investimentos já estava desenhado.



Fonte: IBGE.

As vendas do varejo ampliado estão retratadas no gráfico a seguir. O IBGE fornece o índice de vendas do volume, portanto, trata-se de uma medida real das vendas no varejo. Os dados baseiam-se no nível de 2014, portanto já com algum efeito do início da crise, ou seja, um ponto de comparação tomada pouco abaixo do pico da atividade. Repete-se a leitura que os estados nordestinos ainda não conseguiram recuperar-se ao nível anterior à crise. Desenhava-se uma leve tendência de recuperação a partir de meados de 2019.

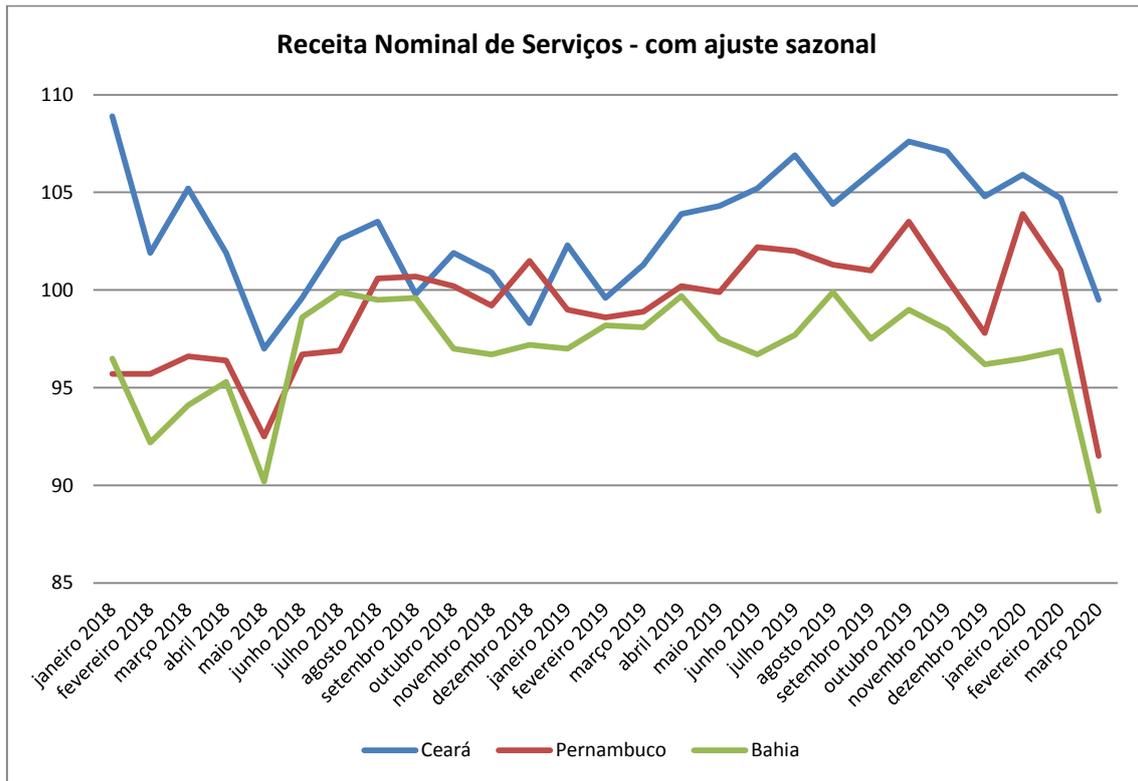
O mês de março é marcado por importante queda no volume vendido. O estado com menor queda é o Rio Grande do Norte, com 13,5% comparando março a fevereiro. A Bahia é o que mais perde, com 20,5%. Pode-se imputar boa parte desta dinâmica às medidas de fechamento do comércio em meados de março. Considerando que em abril e maio as restrições de funcionamento se mantiveram, é esperado que estas quedas sejam ainda mais intensas. Em março a atividade estava entre 66% a 77% da média de 2014. Em níveis de atividade desta magnitude é de se esperar que indicadores como inadimplência, pedidos de recuperação judicial e falências venham a se elevar nos próximos meses.



Fonte: IBGE.

O setor de serviços é retratado pelo IBGE por pesquisa específica, e a divulgação apresenta índice da receita nominal, considerando a média do desempenho de 2014 como base de comparação. Como se trata de valores nominais há que se considerar o efeito da inflação sobre este indicador. Assim, mesmo que o desempenho recente esteja retratando o Ceará acima de 100 e Pernambuco flutuando em torno de 100, isto não implica em que o setor de serviços estivesse operando em níveis de 2014. Muito pelo contrário, estava operando bem abaixo. A inflação acumulada de dezembro de 2014 até dezembro de 2019, medida pelo Índice Geral de Preços é de aproximadamente 32%. Isto implica que ao final de 2019 o setor de serviços do Ceará, de Pernambuco e da Bahia estava operando abaixo de 80% do nível de 2014, confirmando a leitura que o Nordeste não se recuperou da grave crise de 2014 a 2016.

Os efeitos da pandemia novamente podem ser parcialmente visualizados neste gráfico, pois há uma significativa queda em março. Tratada a questão da inflação, utilizando-se o IGP-M como referência, O Ceará apresenta queda real de 6,1%, Pernambuco 10,5% e Bahia 9,6%. Como os dados já estão com ajuste sazonal, flutuações desta magnitude não são esperadas. Novamente, o fato das medidas de restrição entrarem em vigor em meados de março indicam que provavelmente a dinâmica de queda permanecerá nos meses seguintes.



Fonte: IBGE.

Equipe de tabulação dos dados e redação da Nota técnica:

Luís Henrique Romani de Campos

Isabel Pessoa de Arruda Raposo

Michela Barreto Camboim Gonçalves Feitosa